



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

459

2.	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 06/08/1996
C	Rubrica

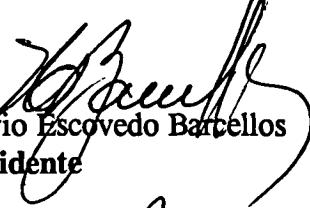
Processo nº : 10120.000580/92-51  
Sessão de : 21 junho de 1995  
Acórdão nº : 202-07.851  
Recurso nº : 97.598  
Recorrente : MANOEL NOVATO DA SILVA  
Recorrida : DRF em Goiânia - GO

ITR - Quando não se prova o alegado, é de se manter a decisão recorrida.  
**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
MANOEL NOVATO DA SILVA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 junho de 1995

  
Helvio Escovedo Barcellos  
Presidente

  
José de Almeida Coelho  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elio Rothe, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Tarásio Campelo Borges, José Cabral Garofano e Daniel Corrêa Homem de Carvalho.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10120.000580/92-51

Acórdão nº : 202-07.851

Recurso nº : 97.598

Recorrente : MANOEL NOVATO DA SILVA

## RELATÓRIO

O contribuinte acima identificado foi notificado a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuições Parafiscal e Sindical Rural CNA-CONTAG, no montante de Cr\$ 137.673,89, correspondente ao exercício de 1991, do imóvel de sua propriedade denominado "Fazenda Bom Retiro", cadastrado no INCRA sob o Código 930 598 002 054 0, localizado no Município de Senador Canedo-GO.

Não aceitando tal notificação, o requerente procedeu à impugnação (fls. 01) alegando que o imóvel referido foi dividido em 06 glebas e doado a cada um dos seis filhos.

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância, às fls. 32/33, julgou procedente, em parte, o lançamento, com base nos seguintes considerados.

**"CONSIDERANDO** que a Notificação do ITR/1991 aponta 358,5ha para o imóvel, enquanto o interessado provou, através dos documentos inclusos, que a área do dito imóvel correspondente a 82,2ha;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 145 do CTN;

**CONSIDERANDO** que os erros contidos na DP devem ser retificados de ofício, conforme reza o art. 147, parágrafo 2º do CTN, o que acarreta a revisão do lançamento efetivado, nos termos do artigo 149 da referida lei."

Cientificado em 08/06/94, o interessado interpôs Recurso Voluntário em 08/07/94 (fls. 37) alegando, em síntese, que:

a) o imóvel rural possuia uma área total de 358,5ha;

b) no dia 28/11/89, foi registrado em cartório a desapropriação de 15,6ha do imóvel, sendo a expropriante a VALEC ENGENHARIA, CONTRUÇÕES E FERROVIAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10120.000580/92-51

Acórdão nº : 202-07.851

S/A, para construção da Ferrovia Norte-Sul, sendo que, após esta desapropriação, restou a área de 342,9ha;

c) no dia 29/12/89, o imóvel foi dividido em 06 glebas e doadas a cada um dos seus filhos;

d) Sobraram 7,9ha, sem que tivesse sido incluídos na doação, pois, quando do asfalto da rodovia que liga Goiânia a Senador Canedo, restaram estes 7,9ha separados, ficando do outro lado da rodovia, remanescentes da área total, sendo esta a única área rural no nome do impugnante, estando registrada no INCRA sob o Código 927 066 101 109 2.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10120.000580/92-51

Acórdão nº : 202-07.851

762

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSÉ DE ALMEIDA COELHO

Conheço do presente recurso pela sua tempestividade.

Na verdade, não assiste razão ao recorrente, posto que, intimado a apresentar documentos que comprovassem as suas alegações, não o fez.

Ante o constante nos autos, em razão do exposto, adoto como minhas as razões da autoridade fiscal *a quo*, no sentido de manter a decisão recorrida, pelos fatos alinhavados.

Por isto, mantenho a decisão recorrida, posto que, agiu a autoridade com as determinações legais e exigidas.

Ante o acima exposto, voto para que seja mantida a decisão recorrida, pelo seus próprios fundamentos, negando provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 junho de 1995

JOSÉ DE ALMEIDA COELHO